



Transferências Especiais da União e a Governança Municipal

A Realidade dos Municípios Gaúchos



80% dos municípios têm menos de 20 mil habitantes; metade tem menos de 5 mil.

- Forte dependência das transferências da União (ex: FPM).
- Equipes pequenas e sobre carregadas, risco de falhas em planejamento e prestação de contas.
- Os municípios precisam de apoio técnico e institucional para lidar com as novas exigências.

TIPOS DE TRANSFERÊNCIAS

a) Transferências Constitucionais

Garantidas pela Constituição, são obrigatórias e periódicas.

Exemplos principais:

- FPM (Fundo de Participação dos Municípios): originado do IR e IPI, é a principal fonte de receita para pequenos municípios.
- FUNDEB: fundamental para a manutenção da educação básica.
- ICMS e IPI-Exportação: repassados aos municípios conforme arrecadação estadual e federal.

b) Transferências Legais

Definidas por leis específicas

Exemplo:

- Lei Kandir (LC 87/96), que compensou municípios exportadores de produtos primários.

c) Transferências Voluntárias

Dependem de convênios e acordos entre União e municípios.

Exigem apresentação de projetos, planos de trabalho e contrapartidas.

O Antes e o Depois das Transferências Especiais



ANTES

- Prefeito(a) tinha quase total liberdade no uso dos recursos.
- Sem plano de trabalho detalhado risco de falhas jurídicas e devolução de verbas.
- Mais insegurança na prestação de contas.

AGORA

- Novas regras após a EC 105/2019 e o Decreto 11.271/2022 (Transferegov).
- **Exigências:**
 - Registro de ciência no Transferegov.
 - Plano de trabalho com metas e prazos.
 - Aprovação prévia do plano antes de gastar.
 - Resultado: mais transparência e segurança jurídica para o gestor(a), ressalto a morosidade.



Muitas prefeituras, especialmente as de menor porte, ainda enfrentam limitações técnicas e de infraestrutura. Além disso, a plataforma é complexa e pouco intuitiva, o que exige treinamento constante das equipes.

DESAFIOS ENFRENTADOS:

- Pouca capacidade técnica em muitas prefeituras.
- Internet precária em algumas regiões
- Sistema complexo e pouco intuitivo.
- Divergências de classificação de recursos.

OPORTUNIDADES CRIADAS:

- Tudo registrado trilha de auditoria e segurança.
- Mais transparência para população e órgãos de controle.
- Fortalecimento da governança municipal.

O Papel Estratégico da Famurs



Capacitação:
cursos, materiais
práticos, foco em
gestão de riscos.



Canais de
orientação com
apoio do TCU e
TCE-RS.



Diálogo
permanente com
órgãos de
controle para criar
segurança jurídica
aos prefeitos(as).



Escola Famurs
como parceira na
formação de
servidores e
gestores.



Propostas Concretas para os Municípios:

- 1** Capacitação contínua treinamento prático sobre Transferegov e riscos jurídicos.
- 2** Fortalecer controles internos dar segurança antes de gastar
- 3** Ampliar a transparência dados claros em linguagem cidadã.
- 4** Estimular consórcios intermunicipais dividir custos e acessar especialistas.
- 5** IA nos municípios - Termos de Cooperação com Ministério Público



**“Não é apenas sobre recursos ou
regras; é sobre compromisso,
gestão responsável e resultados
que mudam vidas.”**

Nenhum prefeito quer errar. E nenhum município andará sozinho.
Estamos aqui para sermos ajudados para seguirmos entregando
serviços de qualidade.

**BONS GESTORES FAZEM
A DIFERENÇA NA VIDA DAS
PESSOAS. EDUCAÇÃO
TÉCNICA FAZ A DIFERENÇA
NA VIDA DOS GESTORES.**



Fique por dentro
dos cursos da
Escola Famurs



Adriane Perin de Oliveira

Presidente da Famurs e prefeita de Nonoai



📞 (54) 99695-0888

✉️ presidencia@famurs.com.br

